



## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA

9 A 13 DE DEZEMBRO DE 2024

### CONGRESSO NACIONAL

#### Terça-feira (10/12)

#### CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**Reunião Deliberativa** - Tema: Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025. Foram apresentados os seguintes relatórios:

- Relatório: Área Temática I - Infraestrutura, Minas e Energia.
- Relatório: Área Temática II – Saúde;
- Relatório: Área Temática III - Educação e Cultura;
- Relatório: Área Temática IV - Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente;
- Relatório: Área Temática V - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca
- Relatório: Área Temática VI – Cidades;
- Relatório: Área Temática VII – Turismo;
- Relatório: Área Temática VIII - Ciência & Tecnologia e Comunicações;
- Relatório: Área Temática X – Esporte;
- Relatório: Área Temática XI - Mulheres e Direitos Humanos;
- Relatório: Área Temática XII - Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio;
- Relatório: Área Temática XIII – Defesa;
- Relatório: Área Temática XIV - Trabalho e Previdência;
- Relatório: Área Temática XV - Justiça e Segurança Pública; e
- Relatório: Área Temática XVI - Poderes de Estado e Representação.

Resultado: Realizada.

#### Quarta-feira (11/12)

#### CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**Reunião Deliberativa** - Tema: Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025. Foram apresentados os seguintes relatórios:

- Relatório: Área Temática I - Infraestrutura, Minas e Energia.
- Relatório: Área Temática II – Saúde;
- Relatório: Área Temática III - Educação e Cultura;
- Relatório: Área Temática IV - Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente;
- Relatório: Área Temática V - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca
- Relatório: Área Temática VI – Cidades;
- Relatório: Área Temática VII – Turismo;
- Relatório: Área Temática VIII - Ciência & Tecnologia e Comunicações;
- Relatório: Área Temática X – Esporte;
- Relatório: Área Temática XI - Mulheres e Direitos Humanos;

- **Relatório:** Área Temática XII - Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio;
- **Relatório:** Área Temática XIII – Defesa;
- **Relatório:** Área Temática XIV - Trabalho e Previdência;
- **Relatório:** Área Temática XV - Justiça e Segurança Pública; e
- **Relatório:** Área Temática XVI - Poderes de Estado e Representação.

Resultado: Aprovados os relatórios setoriais das Áreas Temáticas III (Educação e Cultura); V (Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca); VI (Cidades); VII (Turismo); VIII (Ciência & Tecnologia e Comunicações); IX (Assistência Social e Família); X (Esporte); XI (Mulheres e Direitos Humanos); XII (Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio); XIII (Defesa); XIV (Trabalho e Previdência); e XV (Justiça e Segurança Pública); XVI (Poderes de Estado e Representação).

#### Quinta-feira (12/12)

---

### CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / *Incluída após envio da Agenda*

**Reunião Deliberativa - Tema:** Deliberação dos Relatórios Setoriais apresentados à LOA 2025. Foram apresentados os seguintes relatórios:

- **Relatório:** Área Temática I - Infraestrutura, Minas e Energia.
- **Relatório:** Área Temática II – Saúde;
- **Relatório:** Área Temática III - Educação e Cultura;
- **Relatório:** Área Temática IV - Integração, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente;
- **Relatório:** Área Temática V - Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Pesca
- **Relatório:** Área Temática VI – Cidades;
- **Relatório:** Área Temática VII – Turismo;
- **Relatório:** Área Temática VIII - Ciência & Tecnologia e Comunicações;
- **Relatório:** Área Temática X – Esporte;
- **Relatório:** Área Temática XI - Mulheres e Direitos Humanos;
- **Relatório:** Área Temática XII - Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio;
- **Relatório:** Área Temática XIII – Defesa;
- **Relatório:** Área Temática XIV - Trabalho e Previdência;
- **Relatório:** Área Temática XV - Justiça e Segurança Pública; e
- **Relatório:** Área Temática XVI - Poderes de Estado e Representação.

Resultado: Aprovados todos os relatórios setoriais

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário da Câmara dos Deputados / *Pauta divulgada após o envio da agenda.*

**Terça-feira (10/12), 13h55**

**PL 5343/2019** - Fica obrigado a instalação de câmeras de vídeo para monitoramento das áreas externas e internas nas escolas públicas em todo território nacional.

Explicação: obriga a manutenção de sistema permanente de vigilância eletrônica nas escolas em áreas comuns, garantindo aos pais e responsáveis o direito de solicitação das imagens e gravações do circuito de vigilância eletrônica, proibida a exclusão das imagens em prazo inferior de um ano.

Autor: Vinicius Farah (UNIÃO/RJ)

Relator: Duda Salabert (PDT/MG)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e de seus apensados, na forma do substitutivo

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 4939/2020** - Dispõe sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências.

Explicação: dentre outros, cria o Direito fundamental à proteção de dados, assegurando-se o seu uso de forma proporcional, adequada e necessária; garante o acesso dos legítimos interessados à prova digital sob controle ou disponibilidade de terceiro; determina o respeito à soberania nacional e o estímulo à ampliação da cooperação jurídica internacional no tema; institui o princípio da transparência e da garantia de integridade e autenticidade dos meios de

tratamento da informação – transparência algorítmica; além de criar a figura da infiltração virtual e do acesso forçado ao sistema informático como figuras da investigação policial.

Autor: Hugo Leal (PSD/RJ)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pendente

**Resultado:** Não deliberado.

#### Quarta-feira (11/12), 13h55

**PL 5343/2019** - Fica obrigado a instalação de câmeras de vídeo para monitoramento das áreas externas e internas nas escolas públicas em todo território nacional.

Explicação: obriga a manutenção de sistema permanente de vigilância eletrônica nas escolas em áreas comuns, garantindo aos pais e responsáveis o direito de solicitação das imagens e gravações do circuito de vigilância eletrônica, proibida a exclusão das imagens em prazo inferior de um ano.

Autor: Vinicius Farah (UNIÃO/RJ)

Relator: Duda Salabert (PDT/MG)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e de seus apensados, na forma do substitutivo

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 4939/2020** - Dispõe sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências.

Explicação: dentre outros, cria o Direito fundamental à proteção de dados, assegurando-se o seu uso de forma proporcional, adequada e necessária; garante o acesso dos legítimos interessados à prova digital sob controle ou disponibilidade de terceiro; determina o respeito à soberania nacional e o estímulo à ampliação da cooperação jurídica internacional no tema; institui o princípio da transparência e da garantia de integridade e autenticidade dos meios de tratamento da informação – transparência algorítmica; além de criar a figura da infiltração virtual e do acesso forçado ao sistema informático como figuras da investigação policial.

Autor: Hugo Leal (PSD/RJ)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pendente

**Resultado:** Não deliberado.

#### Quinta-feira (12/12), 10h00

**PL 5343/2019** - Fica obrigado a instalação de câmeras de vídeo para monitoramento das áreas externas e internas nas escolas públicas em todo território nacional.

Explicação: obriga a manutenção de sistema permanente de vigilância eletrônica nas escolas em áreas comuns, garantindo aos pais e responsáveis o direito de solicitação das imagens e gravações do circuito de vigilância eletrônica, proibida a exclusão das imagens em prazo inferior de um ano.

Autor: Vinicius Farah (UNIÃO/RJ)

Relator: Duda Salabert (PDT/MG)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e de seus apensados, na forma do substitutivo

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 4939/2020** - Dispõe sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências.

Explicação: dentre outros, cria o Direito fundamental à proteção de dados, assegurando-se o seu uso de forma proporcional, adequada e necessária; garante o acesso dos legítimos interessados à prova digital sob controle ou disponibilidade de terceiro; determina o respeito à soberania nacional e o estímulo à ampliação da cooperação jurídica internacional no tema; institui o princípio da transparência e da garantia de integridade e autenticidade dos meios de tratamento da informação – transparência algorítmica; além de criar a figura da infiltração virtual e do acesso forçado ao sistema informático como figuras da investigação policial.

Autor: Hugo Leal (PSD/RJ)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pendente

**Resultado:** Não deliberado.

## Terça-feira (10/12)

---

### CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**Seminário** - Tema: Plano Nacional de Educação (PNE)

Resultado: Realizado.

### CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**Seminário** - Tema: Plano Nacional de Educação - PNE

Resultado: Realizada.

### CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / CANCELADA

**Audiência Pública** - Tema: Debater com as Bets autorizadas a operar no Brasil, de acordo com a lista divulgada pelo Ministério da Fazenda

Resultado: Não realizada.

### CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

**PL 2850/2024** - Autoriza e regulamenta o compartilhamento de imagens de câmeras de segurança privadas, criando a Rede de Segurança Integrada, e dá outras providências.

Autor: Dr. Daniel Soranz (PSD/RJ)

Relator: Delegado Caveira (PL/PA)

**Parecer:** Pela aprovação, na forma do substitutivo.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

### CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**Audiência Pública** - Tema: Desenvolvimento Nacional junto aos BRICS

Resultado: Realizada.

### CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**PL 1927/2023** - Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados.

Autor: Lucas Ramos (PSB/PE)

Relator: Tabata Amaral (PSB/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação (CE), com subemenda de redação.

Resultado: Não deliberado.

### CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

**PL 672/2024** - Proíbe a monetização, por detentores de mandatos eletivos, de conteúdos que tenham por objeto o exercício da função pública ou o recebimento de receitas em função de conteúdo produzido com emprego de recursos públicos.

Explicação: Prevê o repasse do triplo do valor arrecadado com a monetização ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), caso constatada a violação.

Autor: Chico Alencar (PSOL/RJ)

Relator: Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Quarta-feira (11/12)

---

## CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO

**Reunião Técnica - Tema:** Encontro com o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho - Ministro Aluysio Corrêa da Veiga  
**Resultado:** Realizada.

## CME - COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

**PLP 43/2024** - Regulamenta a tributação dos combustíveis e lubrificantes previstos no inciso I, do §6º, do art. 156-A e art. 195, V, da Constituição Federal.

Autor: Alceu Moreira (MDB-RS)

Relator: Hugo Leal (PSD-RJ)

**Parecer:** Pela rejeição.

**Resultado:** Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

## CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**Reunião de Comparecimento de Ministro(a) - Tema:** Ministro da Educação Camilo Santana presta esclarecimentos sobre a pasta

**Resultado:** Não realizada.

## CMADS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**PL 2037/2024** - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para dispor acerca do licenciamento ambiental simplificado para a implantação ou ampliação de rodovias, gasodutos de transporte de gás natural, de redes de telecomunicação e redes de transmissão de energia elétrica nas faixas de domínio e de servidão da União, dos Estados e Municípios.

Explicação: Altera a Política Nacional do Meio Ambiente para determinar que o licenciamento ambiental, dentre outros, de redes de telecomunicações em faixas de domínio e de servidão ocorrerá por procedimento simplificado, a ser implementada através da eliminação ou fusão de etapas do procedimento de licenciamento ambiental. Ainda, dispensa da exigência de apresentação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) para o licenciamento ambiental das atividades e dos empreendimentos que não apresentem significativo impacto ambiental.

Autor: Cobalchini (MDB/SC)

Relator: Baleia Rossi (MDB/SP)

**Parecer:** pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência do Relator.

## CAPADR - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**PL 2853/2022** - Altera a Lei nº 14.166, de 10 de junho de 2021, e dá outras providências.

Explicação: Trata da renegociação de operações de crédito contratadas a partir dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Autor: Júlio Cesar (PSD/PI)

Relator: Giacobbo (PL/PR)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

## CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO /

**PLP 137/2019** - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional), para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial.

Autor: Flávio Arns

Relator: Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela CICS, com subemendas.

Resultado: **Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).**

**PLP 33/2020** - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer e disciplinar a renegociação especial extrajudicial, a renegociação especial judicial e a liquidação simplificada, e dispor sobre a falência das microempresas e das empresas de pequeno porte. / *Incluído após envio da Agenda*

Autor: Angelo Coronel

Relator: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

**Parecer:** Pela aprovação deste, do PLP 217/2020, e do Substitutivo adotado pela CDEICS, com Subemenda Substitutiva.

**Resultado:** Retirado de pauta, de ofício.

**PL 2791/2022** - Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Explicação: Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

**Parecer:** Pela aprovação do PL 2.486/2022, apensado, e pela rejeição dos PLs 2.791/2022 e 2.792/2022, apensado.

**Resultado:** **Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).**

**PL 514/2011** - Estende os incentivos estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a jogos eletrônicos de uso domiciliar.

Autor: Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Relator: Merlong Solano (PT/PI)

**Parecer:** Pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária deste, e dos PLs 899/2011, 943/2011, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTI).

**Resultado:** **Aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).**

**PL 2346/2021** - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre aperfeiçoamentos no sistema de notificação de óbitos de idosos.

Explicação: para subsidiar a tomada de decisões sobre as políticas de saúde da pessoa idosa, o Sistema Único de Saúde implementará um sistema de notificação de óbitos de idosos com informações completas, incluindo: data e hora do óbito; causa mortis; condições de saúde prévias ao óbito; local de ocorrência do óbito (domiciliar, hospitalar ou outros); tempo de internação, se óbito hospitalar; local e tipo de residência do idoso (próprio domicílio, instituição de longa permanência pública, privada, filantrópica, ou outros).

Autor: Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação deste e da Emenda adotada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

**Resultado:** **Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).**

## **CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**PL 760/2019** - Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.

Autor: Bacelar (PV/BA)

Relator: Luisa Canziani (PSD/PR)

**Parecer:** Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde (CSAÚDE), com substitutivo.

**Resultado:** **Aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).**

**PL 2732/2022** - Institui Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC).

Autor: Lídice da Mata (PSB/BA)

Relator: Lucas Ramos (PSB/PE)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** **Aprovado. A matéria vai à Comissão de Comunicação (CCOM).**

**PL 2357/2024** - Institui o Programa Juventude Digital como Política Pública Nacional, visando à capacitação de jovens, prioritariamente aqueles provenientes da rede pública de ensino, em competências tecnológicas demandadas pelo mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com o objetivo de potencializar oportunidades de emprego e renda para esse público.

Explicação: Institui Programa, com as seguintes diretrizes: (i) oferecer cursos e treinamentos em áreas como programação, desenvolvimento de software, redes de computadores, segurança da informação, análise de dados, entre outras

competências relevantes para o mercado de TIC; (ii) priorizar a participação de jovens provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social; (iii) promover a inclusão de jovens de todas as regiões do país, com especial atenção para áreas com menor acesso a oportunidades de formação tecnológica; (iv) estabelecer parcerias com empresas do setor de TIC para garantir a atualização constante dos conteúdos oferecidos e a criação de oportunidades de estágio e emprego para os jovens capacitados; e (v) fomentar a criação de startups e projetos de inovação tecnológica entre os participantes do programa.

Autor: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria vai à Comissão de Educação \(CE\).](#)

## **CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA** / *Incluída após envio da Agenda*

**PL 1927/2023** - Institui o Cadastro Unificado Virtual de Diplomas Registrados.

Autor: Lucas Ramos (PSB/PE)

Relator: Tabata Amaral (PSB/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação (CE), com subemenda de redação.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria vai ao Senado Federal – salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados.](#)

## **CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

**REQ 55/2024** - Requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta.

Autor: Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)

**Resultado:** [Não deliberado.](#)

**PL 1507/2023** - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em “sites” hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** [Não deliberado.](#)

**PL 1954/2022** - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** [Não deliberado.](#)

## **CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO** / *Incluída após envio da Agenda*

**PL 2514/2015** - Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente, e dá outras providências.

Autor: CPI

Relator: Silvyne Alves (UNIÃO/GO)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e do PL 7873/2017, apensado, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 4260/2020** - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para garantir a gratuidade do acesso aos conteúdos disponibilizados pela Justiça Eleitoral na internet durante o período eleitoral.

Explicação: proíbe a suspensão ou redução de pacotes de serviços de telecomunicações de banda larga fixa e móvel por qualquer motivo durante o período eleitoral. Em caso de descumprimento, ficam as prestadoras dos serviços de telecomunicações sujeitas às sanções previstas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** Não deliberado.

**PLP 81/2022** - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Explicação: determina ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel) as mesmas condições do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na qual veda o contingenciamento e desvinculação de recursos do fundo e estabelece o limite de 50% para aplicações em recursos reembolsáveis. Ademais, destina 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

**Parecer:** Pela aprovação, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 12/2015** - Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências.

Autor: Lucas Vergílio (SD/GO)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, do PL 4612/2019 e do PL 4901/2019, apensados, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 5130/2016** - Acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

Autor: João Arruda (MDB/PR)

Relator: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

**Parecer:** Pela rejeição deste e dos apensados PL 5172/2016, PL 5176/2016, PL 5318/2016, PL 5529/2016, PL 5530/2016, PL 6061/2016, PL 6236/2016 e PL 1061/2019, e pela aprovação do apensado PL 5204/2016, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 1585/2019** - Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências.

Autor: Dr. Jaziel (PL/CE)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

**Parecer:** Pela aprovação deste, do PL 1797/2019, do PL 2285/2019, do PL 2463/2019, do PL 1785/2023, do PL 2827/2023, do PL 4028/2023, do PL 1798/2023, do PL 2048/2023, e do PL 2691/2023, apensados, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 2018/2022** - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações..

Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.

Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, do PL 634/2020, e do PL 2976/2023, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

**Resultado:** Não deliberado.



**PL 3172/2019** - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

**Parecer:** Pela aprovação deste, do PL 3335/2019, do PL 4181/2019, e do PL 6339/2019, apensados, e pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 2966/2020** - Institui normas sobre a permuta digital.

Autor: Enéias Reis (UNIÃO/MG)

Relator: Marangoni (UNIÃO/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 3343/2020** - Dispõe sobre a responsabilidade de fornecedor de aplicativo de troca de mensagens quanto à segurança de acesso e a privacidade das informações intercambiadas por seus usuários.

Autor: Professora Dayane Pimentel (UNIÃO/BA)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

**Parecer:** Pela rejeição deste, e do PL 1177/2023, apensado.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 4225/2020** - Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a possibilidade de conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimento em infraestrutura.

Explicação: o investimento em infraestrutura deverá visar a melhoria da cobertura e da qualidade de seus serviços, especialmente nas áreas rurais, nos termos da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, o qual deverá conter cronograma físico-financeiro dos investimentos.

Autor: Marcelo Brum (REPUBLICANOS/RS)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e do PL 799/2023, apensado, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 5318/2020** - Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências.

Explicação: obriga o Poder Público federal a criar uma aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergência, que deverá estar disponível para acesso por meio de página na internet e por meio de aplicativos para smartphones, nos principais sistemas operacionais existentes para esses dispositivos.

Autor: Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pela aprovação deste, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 1349/2021** - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências.

Explicação: estabelece que os recursos que as empresas recolheriam ao Fust poderão ser aplicados diretamente nos investimentos de ampliação de sua rede, beneficiando as áreas rurais e urbanas de baixo IDH, contribuindo para a expansão e interiorização mais rápida da internet e telefonia 5G no Brasil.

Autor: Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 1799/2021** - Altera a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para incentivar a afixação, em vias e locais públicos, de QR Codes para acesso à prestação digital dos serviços públicos.

Explicação: institui que acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço, de modo que nos locais de atendimento presencial, deverá estar afixado em local acessível e visível, o QR Code com o endereço eletrônico do órgão onde poderão ser acessados serviços e informações. Além disso, também serão

afixados QR Code nas vias públicas e em locais de grande circulação de pessoas, escolhidos por meio da participação popular.

Autor: Tito (AVANTE/BA)

Relator: Jadyel Alencar (REPUBLICANOS/PI)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 4357/2021** - Altera o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para dispor sobre transparência na remuneração de usuários por provedores de aplicações de internet.

Explicação: determina que os provedores de aplicações de internet que remuneram seus usuários devem fazê-lo de maneira transparente, com explicações claras e compreensíveis do funcionamento de seus algoritmos de monetização, bem como devem fornecer estatísticas e expectativas reais de remuneração.

Autor: Cássio Andrade (PSB/PA)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

**Parecer:** Pela aprovação, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 2112/2023** - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, obrigando as empresas responsáveis pelo provimento de serviços de aplicativos de relacionamento a condicionarem o acesso ao cadastramento prévio do CPF do usuário.

Autor: Jonas Donizette (PSB/SP)

Relator: Gervásio Maia (PSB/PB)

**Parecer:** Pela aprovação deste, e do PL 2811/2023, apensado, com Substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 1845/2024** - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), ampliando o conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação de internet para fins de apuração de ilícitos.

determina a inclusão da porta lógica no conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores de conexão e de aplicação para efeito da investigação de condutas ilegais.

Autor: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**PL 2766/2024** - Inclui na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) a obrigatoriedade de veiculação de mensagem de advertência quanto ao risco para a saúde mental de crianças e adolescentes pelo uso de aplicações de internet que disponibilizem conteúdo gerado por terceiros, inclusive redes sociais.

Explicação: Determina a responsabilidade do provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros, inclusive redes sociais, na veiculação de mensagem de advertência aos seus usuários – de maneira individualizada, clara, visível e ostensiva – sobre os riscos do uso desses aplicativos, especialmente para crianças e adolescentes.

Autor: Jorge Goetten (REPUBLICANOS/SC)

Relator: Franciane Bayer (REPUBLICANOS/RS)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** Não deliberado.

## Quinta-feira (12/12)

---

### CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / *Incluída após envio da Agenda*

**PLP 29/2022** - Dispõe sobre a contagem de prazo para pagamento de tributos

Explicação: propõe, entre outros, que os prazos para pagamento só se iniciam ou vencem em dias úteis, respeitando-se os feriados da União, do Estado e do Município onde for o domicílio tributário do sujeito passivo, independentemente da competência tributária do sujeito ativo.

Autor: Caroline de Toni (PL/SC)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

**Parecer:** Pela aprovação deste e do PLP 63/2023, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com subemenda de redação.

Resultado: Não deliberado.

**PL 390/2024** - Altera a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para reconhecer como fraude anúncios de produtos falsos e golpes financeiros, que envolvam o uso manipulado por inteligência artificial da imagem e voz de pessoas.

Explicação: Configura como ato ilícito as práticas ilícitas realizadas em ambiente online que envolvam o uso manipulado por inteligência artificial da imagem e voz de pessoas, cujos responsáveis estarão sujeitos às sanções de i) multa proporcional à gravidade da fraude, agravada em casos de reincidência; ii) indenização por danos morais e materiais decorrentes da fraude; e iii) a retirada imediata da fraude.

Autor: Camila Jara (PT/MS)

Relator: Duarte Jr. (PSB/MA)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo; e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Resultado: Não deliberado.

## CEDES - CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS

**Reunião Técnica** - Tema: Impactos da Inteligência Artificial na economia

Resultado: Realizada.

## CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Seminário** - Tema: O Novo Arcabouço Fiscal e o Pacote de Cortes de Gastos: impactos na saúde, educação, seguridade social e direitos trabalhistas

Resultado: Realizada.

## SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (10/12), 14h00

### 1ª Parte

**MSF 58/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente da indicação do Senhor Gabriel Muricca Galípolo para o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. / *Incluído após o envio da agenda.*

Relator: Rogério Carvalho (PT/SE)

**Parecer:** Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

**MSF 59/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome da Senhora IZABELA MOREIRA CORREA, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Carolina de Assis Barros em 31 de dezembro de 2024. / *Incluído após o envio da agenda.*

Relatora: Zenaide Maia (PSD/RN)

**Parecer:** Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

**MSF 60/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Otávio Ribeiro Damaso em 31 de dezembro de 2024. / *Incluído após o envio da agenda.*

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

**Parecer:** Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

## 2ª Parte

**PEC 3/2020** - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

**Parecer:** Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 3.

**Resultado:** Encerrada a terceira sessão de discussão, em primeiro turno. A matéria será incluída em pauta para a continuidade da discussão.

**PL 2338/2023** - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

**Parecer:** Pela aprovação deste e pela rejeição das Emendas nºs 200-PLN, 201-PLN e 216-PLN a 244-PLN, na forma de substitutivo, com adequação redacional de Plenário no art. 44 do Substitutivo.

**Resultado:** Aprovado. A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

## Quarta-feira (11/12), 14h00 / CANCELADA

**PEC 3/2020** - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

**Parecer:** Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 3.

**Resultado:** Não deliberado.

**PLP 68/2024** - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

**Parecer:** Pendente.

**Resultado:** Não deliberado.

## Quinta-feira (12/12), 14h00 / Pauta divulgada após o envio da agenda

**MSF 31/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

**Parecer:** Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

**Resultado:** Aprovado. Aguarda-se a publicação no Diário Oficial da União (DOU).

**PEC 3/2020** - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

**Parecer:** Pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 3.

Resultado: Encerrada a quarta sessão de discussão, em primeiro turno. A matéria será incluída em pauta para a continuidade da discussão.

**PLP 68/2024** - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

**Parecer:** Pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acolhidas, ainda, as Emendas nºs 2180, 2191, 2192, 2221, 2222, 2229, 2231, 2234, 2235, 2236, e rejeitadas todas demais.

**Resultado:** Aprovado. A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

**PRS 48/2024** - Institui a Frente Parlamentar de Apoio à Cibersegurança e à Defesa Cibernética.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

**Parecer:** Parecer favorável nº 337, de 2024, da Comissão de Comunicação e Direito Digital.

**Resultado:** Aprovado. A matéria vai à promulgação.

## Segunda-feira (09/12)

---

### CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / CANCELADA

**PLP 68/2024** - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

**Parecer:** Pela aprovação, com emendas, na forma do substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

## Terça-feira (10/12)

---

### CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

**PLC 134/2017** - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências".

Explicação: permite que os recursos do FNO, FNE e FCO, financiem as atividades produtivas ligadas à economia criativa relacionada às áreas de software/jogos eletrônicos de lazer e entretenimento e serviços de computação e software, entre outros.

Autor: Giuseppe Vecci

Relator: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

**Parecer:** Pela aprovação, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

**Resultado:** Aprovado. A matéria vai a Plenário.

**REQ 21/2024** - Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 134/2017. / *Incluído após o envio da agenda.*

Explicação: a matéria permite que os recursos do FNO, FNE e FCO, financiem as atividades produtivas ligadas à economia criativa relacionada às áreas de software/jogos eletrônicos de lazer e entretenimento e serviços de computação e software, entre outros.

Autor: Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**Resultado:** Aprovado.

## CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

### 1ª Parte

**Reunião - Tema:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Assuntos Econômicos ao PLDO 2024 (PL 003/2024-CN) que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

**Parecer:** Pela aprovação das emendas de inclusão nºs 11, 16 e 1; bem como das emendas ao texto e nºs 5, 6, 23 e 24, renumeradas como emendas nºs 1 a 7-CAE.

**Resultado:** [Aprovado.](#)

### 2ª Parte

**Reunião - Tema:** Indicação de autoridades

**MSF 58/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor NILTON JOSÉ SCHNEIDER DAVID, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente da indicação do Senhor Gabriel Muricca Galípolo para o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. / *Incluído após o envio da agenda.*

Relator: Rogério Carvalho (PT/SE)

**Parecer:** Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

**Resultado:** [Aprovada a indicação do Sr. Nilton José Schneider David, para cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 22 votos SIM, 5 NÃO e nenhuma abstenção.](#)

**MSF 59/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome da Senhora IZABELA MOREIRA CORREA, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Carolina de Assis Barros em 31 de dezembro de 2024. / *Incluído após o envio da agenda.*

Relatora: Zenaide Maia (PSD/RN)

**Parecer:** Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

**Resultado:** [Aprovada a indicação da Sra. Izabela Moreira Correa, para cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, por 24 votos SIM, 3 NÃO e nenhuma abstenção.](#)

**MSF 60/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, caput, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o nome do Senhor GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga decorrente do término do mandato de Otávio Ribeiro Damaso em 31 de dezembro de 2024. / *Incluído após o envio da agenda.*

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

**Parecer:** Comissão em condições de deliberar sobre a indicação.

**Resultado:** [Aprovada a indicação do Sr. Gilneu Francisco Astolfi Vivan, para cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 23 votos SIM, 4 NÃO e nenhuma abstenção.](#)

## CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL

**Reunião - Tema:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLDO 2025 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2024), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

**Parecer:** Pela aprovação das emendas de inclusão nºs 3, 8, 10 e 11.

**Resultado:** [Aprovado.](#)

## CDR - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

**Audiência Pública - Tema:** Audiência Pública Interativa com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a EC 132 e regulamentação do PLP 68/2024.

**Resultado:** [Realizada.](#)

## CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**PL 3085/2021** - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a adoção de metodologias ativas de aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio. Explicação: determina previsão explícita de valorização das metodologias ativas de aprendizagem na educação básica, especialmente a serem vivenciadas nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. A título de compensação pela participação nessas atividades, que serão consideradas de relevante valor social, os estudantes monitores poderão ser contemplados, na forma do regulamento, com auxílio transporte e alimentação, pontuação adicional em exame de acesso à educação superior e registro da atividade como crédito acadêmico de curso superior.

Autor: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relator: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

**Resultado:** *Aprovado. A matéria vai à Câmara dos Deputados – salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado Federal.*

## CRE - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

### 1ª Parte

**Reunião - Tema:** Deliberação das emendas da Comissão ao PLN 3/2024, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências (alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 983/2024)".

Relator: Chico Rodrigues

**Parecer:** Pela apresentação das emendas de inclusão nºs 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 22, 23 e 24; bem como de todas as emendas ao texto sugeridas.

**Resultado:** *Aprovado.*

### 2ª Parte

**Reunião - Tema:** Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber), nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 6/2024-CRE

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

**Relatório:** Sugere que o Executivo encaminhe, com maior brevidade possível, um projeto de lei que estabeleça a forma de funcionamento de uma agência nacional de cibersegurança.

**Resultado:** *Aprovado o parecer.*

## CPIBETS - CPI DAS BETS

**Reunião - Tema:** Deliberação de requerimentos; Depoimentos

**Resultado:** *Realizada.*

## CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

**PLP 68/2024** - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências. / *Incluído após envio da Agenda*

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

**Parecer:** Pela aprovação, com emendas, na forma do substitutivo.

**Resultado:** *Vista coletiva concedida.*

**CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**Reunião - Tema:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao PLN 3/2024 (LDO 2025), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

**Parecer:** Pela apresentação das emendas de inclusão nºs 4, 6, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 32 e 35.

**Resultado:** [Aprovado.](#)

**CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA****1ª Parte**

**Reunião - Tema:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CDD à CMO, referentes ao PLDO 2025 (PLN 3/2024), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências".

Relatora: Teresa Leitão (PT/PE)

**Parecer:** Pela apresentação das sugestões de emendas de inclusão nºs 1, 3 e 4, com rejeição da sugestão da emenda nº 2.

**Resultado:** [Aprovado.](#)

**2ª Parte**

**PL 4400/2021** - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social. Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

**Parecer:** Pela aprovação, com emendas.

**Resultado:** [Aprovado. A matéria segue para a Comissão de Comunicação e Direito Digital \(CCDD\).](#)

**PL 651/2022** - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências.

Explicação: acrescenta ao Código Penal os crimes de extorsão mediante sequestro digital e estelionato digital.

Autor: Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Portinho (PL/RJ)

**Parecer:** Pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** [Não deliberado.](#)

**CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS**

**Oitiva - Tema:** Oitiva de Thiago Chambó Andrade

**Resultado:** [Realizada.](#)

**Quarta-feira (11/12)**

---

**CESP - COMISSÃO DE ESPORTE**

**PL 6118/2023** - Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autor: Izalci (PL/DF)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

**Parecer:** Pendente

**Resultado:** [Não deliberado.](#)



**CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL**

**PL 2758/2021** - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.

Explicação: retira uma vaga das entidades da sociedade civil com atuação relacionada a proteção de dados pessoais e a concede à OAB.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

Relator: Rodrigo Cunha (PODE/AL)

**Parecer:** Pela aprovação, com emenda.

**Resultado:** Retirado de pauta.

**PL 4/2022** - Altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 10.865, de 30 de abril de 2004, para permitir o desconto de créditos relativos a valores despendidos com investimentos em atividades de adequação e operacionalização da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação).

Explicação: concede benefício fiscal para viabilizar a devida implantação da LGPD nas empresas.

Autor: Izalci (PL/DF)

Relator: Veneziano (MDB/PB)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** Retirado de pauta.

**PL 879/2022** - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para qualificar o crime de invasão de dispositivo informático quando houver a obtenção de dados pessoais e criar o crime de sequestro de dados informáticos. Explicação: qualifica como crime a invasão de dispositivo informático quando se da invasão resultar em obtenção de dados pessoais, conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, ou informações sigilosas, com pena de reclusão de 2 a 5 anos ou multa. Ademais, também qualifica o sequestro de dados informáticos como crime, com pena de reclusão de 3 a 6 anos e multa.

Autor: Jornalista Carlos Viana (PODE/MG)

Relator: Zequinha Marinho (PODE/PA)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** Retirado de pauta.

**PL 615/2024** - Altera a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, para garantir autonomia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados nos termos que especifica.

Explicação: Entre outros, prevê que a ANPD - agência reguladora de natureza especial - não será tutelada ou subordinada hierarquicamente, bem como possuirá autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos. Além disso, o seu controle externo será exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), devendo a mesma elaborar relatório anual circunstanciado de suas atividades. Além disso, estabelece a elaboração quadrienal de plano estratégico que conterà os objetivos, as metas e os resultados estratégicos esperados das ações da agência.

Autor: Angelo Coronel (PSD/BA)

Relator: Flavio Arns (PSB/PR)

**Parecer:** Pela aprovação.

**Resultado:** Retirado de pauta.

**CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****1ª Parte – Indicação de Autoridades**

**MSF 31/2024** - Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 55-D da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, o nome do Senhor IAGÊ ZENDRON MIOLA, para exercer o cargo de Diretor do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação.

Resultado: Aprovado. A matéria vai a Plenário.

## 2ª Parte – Deliberativa

**PLP 68/2024** - Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); e dá outras providências.

Autor: Presidência da República

Relator: Eduardo Braga (MDB/AM)

Parecer: Pela aprovação, com emendas, na forma do substitutivo.

Resultado: Aprovado. A matéria vai à Plenário

## CPIMJAE - CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

**Oitivas** - Tema: Oitiva do Presidente da Federação de Futebol do Distrito Federal; e de convocado pela CPI

Resultado: Realizada.